

BANCO RNX

RELATÓRIO DE PILAR 3

RESOLUÇÃO BCB Nº 54, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

2025

SUMÁRIO

1. OBJETIVO	2
2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES	2
3. PRINCIPAIS RISCOS RELACIONADOS AO MODELO DE NEGÓCIOS	2
4. DECLARAÇÃO DE RAS	2
5. ESTRUTURA E GOVERNANÇA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	3
6. FORMAS DE CONTROLE E RESPONSABILIDADES	5
7. CANAIS DE DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE RISCOS NA INSTITUIÇÃO	9
8. REPORTES PARA ADMINISTRAÇÃO	9
9. INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O PROGRAMA DE TESTES DE ESTRESSE	11
9.1 TESTES DE ESTRESSE - RISCO DE CRÉDITO	11
9.2 TESTES DE ESTRESSE - RISCO DE MERCADO	14
9.3 TESTES DE ESTRESSE - RISCO DE LIQUIDEZ	14
10. ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS E SUA EFETIVIDADE	15
10.1. ESCOPO	15
10.2. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS	15
10.3. AVALIAÇÃO DE RISCOS	16
10.4. REVISÃO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS 18	18
10.5. MITIGAÇÃO DE RISCOS NÃO TOLERADOS E NÃO CONTROLADOS	18
10.6. CLASSIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DO CONTROLE	18
10.7. AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS	19
10.8. PLANOS DE RETOMADA E CONTINGÊNCIA DE NEGÓCIOS	20
11. GERENCIAMENTO DE RISCO DE CAPITAL	21
11.1. ATIVO PONDERADO PELO RISCO (RWA)	21
11.2. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	22
11.3. ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (ICP) E CAPITAL COMPLEMENTAR	22
11.4. ÍNDICE DE BASILÉIA (IB)	23
11.5. RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	24
12. CONCLUSÃO	24

1. OBJETIVO

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/2020, o objetivo do presente relatório é divulgar a visão geral do gerenciamento integrado de riscos (tabela OVA) do Banco RNX S/A (denominado “banco” ou “instituição”), classificado no segmento 4 (S4) de acordo com Resolução CMN 4.553/2017.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Declaração de Appetite por Riscos (Risk Appetite Statement - RAS): Documento pelo qual o banco sinaliza aos órgãos reguladores, ao mercado, aos colaboradores e às demais contrapartes quais os níveis de tolerância aos diferentes tipos de risco que serão admitidos na realização de seus negócios e objetivos.

Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital (GIRC): Área responsável por realizar a identificação e avaliação dos riscos, podendo aceitar determinados riscos para buscar oportunidades potenciais e/ou que possam impedir a evolução da instituição, a fim de garantir os resultados, o capital, liquidez e reputação do banco.

3. PRINCIPAIS RISCOS RELACIONADOS AO MODELO DE NEGÓCIOS

De acordo com a Resolução nº 4.557, de 23/02/2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, e as disposições dos acionistas, a Declaração de Appetite por Riscos considera que a instituição é um banco múltiplo, detentor das carteiras de investimentos (banco) e crédito financiamento e investimentos, com atividade regulada pelo CMN.

A seguir descrevemos os principais riscos relacionados ao modelo de negócios, pela perspectiva operacional:

- Risco de Crédito;
- Risco de Mercado;
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional (inclusive o Risco Legal);
- Risco Social, Ambiental e Climático; e
- Risco de Continuidade de Negócios e Segurança de Informação.

4. DECLARAÇÃO DE RAS

A Declaração de Appetite por Riscos tem como finalidade estabelecer o apetite para os principais possíveis riscos em que a instituição está exposta. Como toda e qualquer organização o banco está exposto a riscos, em virtude da atividade e ambiente em que atua, sendo que os principais riscos identificados, monitorados e mitigados, são: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional, risco social, ambiental e climático e risco de continuidade de negócios e

segurança da informação. Assim, a aceitação dos referidos riscos possui coerência e estão de acordo com os limites estipulados pelo órgão regulador.

A instituição efetuou revisão nos indicadores de riscos, assim como seus limites de tolerância com critérios justificáveis. Dessa forma, tais indicadores foram definidos por serem efetivamente utilizados nas avaliações e tomadas de decisão pela gestão. A descrição completa se encontra no documento Declaração de Apetite por Riscos (RAS na sigla em inglês) da instituição, sendo que neste documento está apresentado o quadro resumo com tais indicadores e seus respectivos limites:

TIPO DE RISCOS	PARÂMETROS	DEFINIÇÃO DE LIMITE RAS
Risco de Crédito	Concentração por Contrapartes Conectadas	12,50% do PR N1 - Geral
	Concentração por Contrapartes Conectadas (produto TD)	6,25% do PR N1 para Produto TD
	Concentração por Contrapartes Conectadas (Carteira Investimentos)	
	- Carteira de Investimentos em Fundos - Total	R\$ 15 milhões
	- Carteira de Investimentos em Fundos - Limite Individual por FIDC	R\$ 3 milhões
	- Carteira de Investimentos em Debentures, CRAs e Letras Financeiras	R\$ 20 milhões
	Concentração por Região Geográfica	Mínimo de 80% da carteira ativa regiões Sul e Sudeste
	Inadimplência (Produto/Atividade/Porte)	Limites definidos para produtos
	Monitoramento do Valor em Risco (VaR)	15,00% do PR N1
	Ativos Problemáticos	Até 10% da carteira ativa
	Operações Reestruturadas	Até 10% da carteira ativa
Risco de Mercado	Interest Rate Risk of Banking Book - IRRBB - Exposição	10,00% do PR N1
Risco de Liquidez	Valor de Caixa Mínimo (Colchão de Liquidez)	Definido mensalmente
Risco de Capital	Monitoramento e controle do Capital mantido pela IF:	
	- Índice de Capital Principal (% do RWA) *	9,00%
	- Índice de Nível I *	10,50%
	Índice de Basileia (IB)	12,50%
	Razão de Alavancagem (% entre capital Nível I e o total de exposições RWA)	10,00%
Risco Operacional	Monitoramento das perdas relacionadas ao risco operacional (despesas)	Limitado a 1,00% do PR N1
Risco Social, Ambiental e Climático	Classificação de clientes em risco alto e muito alto	Limite de até 2% das operações em clientes com risco alto e muito alto.

Como exceção a tabela acima, há o tratamento dado ao limite de inadimplência para os produtos em "Run-Off" (descontinuados). Tal condição implica não haver nova entrada de operações, com as liquidações de operações em situação normal, acabam restando na carteira apenas operações inadimplidas, com isso a tendência é que o índice de inadimplência atinja 100%.

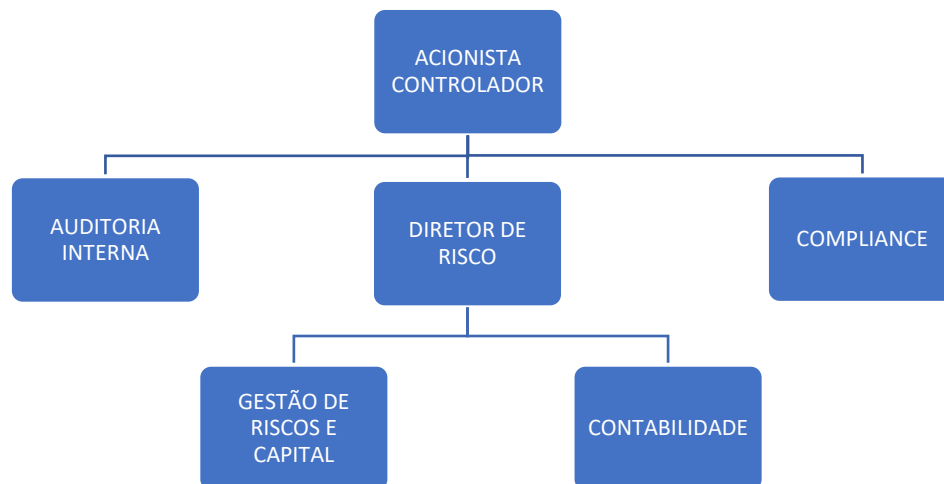
5. ESTRUTURA E GOVERNANÇA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O desenvolvimento e a manutenção do GIRC têm por princípios e fundamentos balizadores:

- possuir uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades da instituição, desenvolvendo processos de gerenciamento de riscos existentes e potenciais e estabelecendo limites de acordo com as estratégias de negócios; e
- priorizar os riscos que têm impacto material em seus objetivos estratégicos, mediante a identificação, avaliação, controle, monitoramento, reporte e mitigação dos riscos, podendo

aceitar determinados riscos para buscar oportunidades potenciais e/ou evitar os riscos que possam impedir a evolução da instituição, a fim de garantir os resultados, o capital, liquidez e reputação do banco.

A governança de gerenciamento de riscos e de capital permeia diversos níveis dentro do banco e está estruturado na seguinte forma:



O Banco conserva a centralização da atividade de GIRC na diretoria Administrativa e de Controladoria, que mantém a estrutura em conformidade com os três pilares da Basileia: Alocação Mínima de Capital, Supervisão Bancária, Governança e Disciplina de Mercado (Transparência), compatíveis com a natureza de suas operações, complexidade de produtos e serviços e a dimensão das exposições aceitáveis pelo banco.

As principais atribuições das áreas no gerenciamento de riscos e de capital são:

- **Acionista controlador:** aprovar a política e estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, bem como, o plano de capital e plano de contingência de liquidez, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do banco e com as condições de mercado;
- **Auditoria interna:** avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de riscos e de capital;
- **Compliance:** acompanhar as normas e políticas inerentes ao GIRC;
- **Diretor indicado:** responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de gerenciamento de riscos e de capital e pela avaliação dos riscos de forma integrada;
- **Gestão de riscos e capital:** elaborar relatórios gerenciais demonstrando eventuais deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital e ações para corrigi-las, bem como, acompanhar os limites dos riscos em relação ao PR e do apetite ao risco do acionista controlador, além de promover a disseminação da cultura de gestão de riscos em todas as áreas da instituição; e
- **Contabilidade:** calcular mensalmente o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM) e Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), bem como, informar a área de GIRC os casos em que ultrapassem os limites estipulados em política interna.

6. FORMAS DE CONTROLE E RESPONSABILIDADES

As responsabilidades e os controles das atividades de gerenciamento de riscos e de capital, por tipo de risco, estão assim definidos:

RISCO DE CRÉDITO

O banco dispõe de processo de governança contemplando práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, destaca-se a governança de alçadas de concessão de créditos e de cobrança (recuperação de créditos), as quais são exercidas por operadores ou comitês, dependendo do porte da operação ou da exposição total da contraparte, nos casos de eventual extrapolação dos limites pré-determinados, é requerida ciência e aprovação por componente da diretoria. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de evolução da carteira, inadimplência, provisionamentos, entre outros.

Em havendo eventual extrapolação dos limites ora determinados na RAS, antecipadamente a realização da operação que o extrapolará, deverá ser solicitada, formalmente via e-mail, a autorização do diretor responsável pela área comercial, que por sua vez deverá efetuar comunicação de tal autorização de extrapolação aos demais membros da diretoria, com a justificativa comercial para a referida autorização de extrapolação.

Em linha com a governança do risco de crédito, o controle dos indicadores de inadimplência é essencial para manter, tanto a diretoria quanto as áreas operacionais em acompanhamento permanentemente de tal controle. O monitoramento contínuo dos indicadores de inadimplência é divulgado periodicamente a diretoria e aos gestores das áreas. Tal divulgação é feita diariamente pela área de GIRC através do relatório gerencial diário e mensalmente mediante relatório de indicadores prudenciais, observando limites pré-estabelecidos e critérios específicos:

RISCO DE MERCADO

Existe a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição, incluindo riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preço de commodities, mesmo não possuindo posições atualmente.

Sendo assim, a instituição definiu que os riscos decorrentes de exposição a taxa e preços de mercado das operações não deverão comprometer o seu Patrimônio de Referência. A extrapolação de limite definido deverá ser comunicada a diretoria responsável, para providenciar nova estratégia de gerenciamento de risco de mercado.

O banco define em sua política de gerenciamento de riscos e de capital que todos os seus ativos financeiros são mantidos na carteira bancária (*banking*), ou seja, uma carteira de não negociação. Assim, a instituição não efetua o cálculo das parcelas de risco RWA_{JUR} e RWA_{COM} , pois como determina a Resolução CMN n° 4.958/2021, elas são aplicáveis à carteira de negociação, bem como não apresenta exposição classificada como RWA_{MPAD} .

Do ponto de vista de suas disponibilidades financeiras, visando à mitigação do Risco de Mercado, o banco preza pela alocação de investimentos em ativos financeiros que apresentem:

- a) segurança, buscando ativos em que os gestores possuam know-how para análise;
- b) melhor remuneração, considerando a relação risco x retorno e estratégia de gestão de caixa; e
- c) decisão quanto aos ativos a compor as disponibilidades financeiras é realizada pelo diretor responsável pela carteira de Investimento.

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) é avaliada e controlada mediante cálculo do IRRBB, pela GIRC.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preço de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócios com fontes estáveis de financiamento.

O banco adota os seguintes critérios para gerenciar o risco de liquidez:

- a) Monitoramento frequente dos descasamentos oriundos do uso de passivos de curto-prazo para lastrear ativos de longo-prazo, o que pode aumentar o potencial de futuras crises de liquidez;
- b) Garantir que a liquidez da instituição seja suficiente para fazer frente às necessidades de caixa diário;
- c) Manutenção de níveis mínimos de ativos com alta liquidez de mercado; e
- d) Cumprimento das exigências regulatórias.

A área de Tesouraria deve aplicar o estabelecido pela Política de Gestão de Liquidez, que deverá reportar relatórios para a Mesa de Captação, para o Diretor Financeiro e para a área Comercial.

RISCO OPERACIONAL (INCLUSIVE O RISCO LEGAL E DE IMAGEM)

Para riscos operacionais, a instituição conta com diretrizes, políticas e processos para assegurar a condução e adequação dos controles internos e gestão do risco operacional. Adota a definição do BCB para o risco operacional, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da inadequação ou falha de processos, pessoas e sistemas, ou por eventos externos.

Essa definição abrange o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A gestão do risco de imagem é realizada através do acompanhamento, de forma ativa e de forma passiva, com a utilização de meios disponibilizados pela instituição, tais como a Ouvidoria, o Fale Conosco e o Canal de Comunicação, com foco da exposição do banco nas mídias, e nas ações de publicidade e de comunicação interna e externa realizadas.

Além disso, a instituição visa a melhora e desenvolvimento contínuo da gestão e controle interno dos riscos operacionais, para garantir que as estruturas possam avaliar, monitorar, controlar, mitigar, reportar e reduzir os riscos e perdas a que estão expostos.

Os procedimentos e ferramentas utilizados para gestão e controle interno são:

- Definição do apetite de Risco Operacional;
- Receber e avaliar eventos de perdas (internas e externas), por meio do instrumento “Análise de Riscos”;
- Treinamento, comunicação e cultura;
- Avaliação de novos produtos;
- Indicadores de riscos e controles, através da matriz de riscos; e
- Sistema de Controle Interno.

Considerando os produtos e serviços oferecidos, bem como o volume de atividades e operações realizadas, o banco pode incorrer em perdas operacionais resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A instituição possui processo consistente para:

- Coletar tempestivamente informações relevantes para a base de dados de risco operacional;
- Classificar e agregar as perdas operacionais relevantes identificadas; e
- Efetuar, tempestivamente, análise da causa raiz de cada perda operacional relevante.

A base de dados de risco operacional, de que trata o item acima, é utilizada para fins de gerenciamento do risco operacional e contém valores associados a perdas operacionais, incluindo provisões e despesas relacionadas a cada evento de perda, perdas operacionais relacionadas a risco de mercado e a risco de crédito, e outros dados do risco operacional.

Para esta finalidade, a instituição disponibiliza aos seus colaboradores uma plataforma específica para registro dos eventos de perdas operacionais, assim chamados incidentes, bem como seus respectivos planos de ações.

A GIRC é responsável por consolidar e gerenciar as informações relacionada a gerenciamento de riscos e de capital e elaborar relatórios semestrais de acompanhamento. A área de Controles Internos é responsável por realizar os testes de efetividade dos controles mitigantes dos riscos e elaborar relatórios com os resultados desses testes.

RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

A instituição considera o risco social, ambiental e climático na análise das propostas de crédito, bem como efetua acompanhamento dos clientes em relação aos fatores que possam representar Risco Social, ambiental e climático. Para tanto considera os seguintes indicadores e limites:

Indicadores: utilizado a escala de ratings Ecorisk RSAC como parâmetro, sendo eles:

- Muito baixo: A3, A2+, A2 e A2-;
- Baixo: A1+, A1 e A1-;

- Médio: B3+, B3 e B3-;
- Especulativo: B2+, B2 e B2-;
- Alto: B1+, B1 e B1-; e
- Muito Alto: C3+, C3, C3-, C2, C1 e D.

Limites: A instituição definiu que até no máximo 2% da carteira de operações de crédito poderá estar classificada como risco alto e muito alto.

O monitoramento será realizado mensalmente pela GIRC e caso atingir 85% (oitenta e cinco por cento por cento) do limite pré-determinado, deverá haver comunicação formal, pela área de GIRC, via e-mail, para diretoria comercial, com cópias para os demais diretores, com o intuito de alertar sobre possível extrapolação do limite de concentração em ratings de risco alto ou muito alto.

RISCO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS E SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO

A diretoria do banco instituiu a “Política de Segurança Cibernética e da Informação”, atribuindo competências de gerenciamento à área de Tecnologia da Informação, fixando que a política observa as disposições constitucionais, legais e regimentais vigentes, as normas gerais e específicas de segurança da informação, bem como procedimentos complementares destinados à proteção da informação e à disciplina de sua utilização, emanados no âmbito da instituição e autoridades regulatórias das atividades do banco.

A instituição deve estar preparada para enfrentar as situações de contingências que tornam indisponíveis os ativos de informação. Sendo assim, foi instituído o Plano de Continuidade de Negócios, o qual contempla o gerenciamento da recuperação em caso de interrupção das atividades do banco, por meio de manuais, testes, revisões e manutenções, a fim de garantir sua operacionalização e atualização.

As áreas de GIRC e Compliance do banco são responsáveis por determinar as abordagens e condutas relativas à segurança cibernética e da informação, por meio da definição de manuais, políticas e controles, visando minimizar possíveis impactos e vulnerabilidades e reduzindo a ocorrência de incidentes de segurança que afetem os negócios da instituição.

Visando aprimorar a capacidade da instituição na resposta a incidentes cibernéticos, alguns cenários que possam afetar a continuidade de negócios são considerados nos testes realizados periodicamente pela Tecnologia da Informação. Os incidentes de Segurança Cibernética e da Informação da instituição devem ser reportados à Tecnologia da Informação. A área de Tecnologia elaborará um Relatório Anual contendo os incidentes relevantes ocorridos no período e as ações realizadas de prevenção e respostas aos incidentes. Esse relatório deverá ser apresentado a área de Gerenciamento de Risco e a Diretoria conforme determinações legais e regulamentares.

7. CANAIS DE DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE RISCOS NA INSTITUIÇÃO

Os colaboradores têm como compromisso atender e praticar os 6 (seis) princípios da instituição, sendo estes, integridade, transparência, responsabilidade, respeito, trabalho em equipe e qualidade, para que todas as peças se encaixem e juntos consigamos primar sempre pelo crescimento, fortalecimento e reconhecimento da instituição no mercado.

Anualmente o banco prepara e realiza atividades com o intuito de disseminar os princípios do gerenciamento integrado de riscos e de capital, com a participação de todos os colaboradores e estendendo tais eventos aos principais prestadores de serviços da Instituição.

Em atenção aos preceitos da resolução CMN 4.557/2017 a instituição revisa e atualiza, anualmente, a matriz de riscos de todas as áreas, em conjunto com os responsáveis, com o intuito de identificar, avaliar, monitorar e mitigar os possíveis riscos.

Outrossim, o banco conta com canais específicos para registro e comunicação de falhas operacionais que possam interferir nos objetivos da instituição.

Além disso, os colaboradores deverão utilizar os preceitos e premissas descritas no Código de Conduta Ética para qualquer situação, sendo estas, as relações no ambiente de trabalho, para os produtos e serviços disponibilizados e relacionamento com clientes, fornecedores e parceiros.

O Código de Conduta Ética é fornecido a todos os colaboradores no início de suas atividades na instituição que registram seu conhecimento a tais diretrizes através da assinatura do documento TERMO DE RESPONSABILIDADE E ADESÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA DO BANCO RNX, o qual fica arquivado junto ao dossiê do funcionário. O documento também está disponível na rede interna BC-PDADOS/MANUAL_BM.

A instituição disponibiliza o Canal de Denúncias e Reclamações, no qual é gerido por uma entidade externa, com acesso exclusivo à área de Compliance, para que os colaboradores se sintam seguros, inclusive com possibilidade de anonimato, para informar qualquer conduta contrária ao código, assim como, para a resolução de conflitos no ambiente de trabalho ou outros casos que possam prejudicar clientes, colaboradores ou, ainda, ocasionar transtornos e/ou prejuízos para o banco.

8. REPORTES PARA ADMINISTRAÇÃO

a) Demonstrativo Mensal - Indicadores Prudenciais

A partir de janeiro de 2023, foi desenvolvido relatório de acompanhamento dos principais indicadores prudenciais, o qual é encaminhado mensalmente para a diretoria da instituição, assim como para a área de auditoria interna. O demonstrativo contempla o conjunto de melhores práticas das instituições financeiras, no tocante à divulgação de informações. Trata-se de um incentivo à disciplina de mercado por meio da divulgação do gerenciamento de capital e informações relacionadas aos principais riscos assumidos pelo banco, classificado no segmento 4 (S4) de acordo com Resolução CMN nº 4.557/2017.

b) Relatório de Gestão Integrada e Contínua de Riscos e de Capital

O relatório de é elaborado semestralmente com base nas informações requeridas pelo Banco Central do Brasil (BCB) na Resolução CMN nº 4.557/2017, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, em conformidade com os normativos vigentes. Tem por objetivo fornecer à diretoria da instituição informações consideradas relevantes, em relação ao gerenciamento integrado e contínuo de riscos referente ao exercício de cada ano vigente.

c) Relatório de Controles Internos

Nos termos da Resolução 4.968/2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Relatório de Controles Internos é feito anualmente e tem o objetivo de dar ciência à Diretoria sobre as conclusões dos exames decorrentes do acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com os sistemas de controles internos do banco. A avaliação sobre a adequação e efetividade dos sistemas de controles internos é organizada de acordo com os critérios estabelecidos no Art. 6º da citada Resolução.

d) Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC)

O relatório GRSAC é elaborado anualmente e contém informações sobre a governança do gerenciamento do risco social, ambiental e climático, conforme detalhado na tabela GVR obrigatória para as instituições enquadradas no segmento 4 (S4), em atendimento ao estabelecido no art. 3º, inciso I, da Resolução BCB nº 139, de 15/09/2021, e a padronização prevista na Instrução Normativa BCB nº 153, de 15/09/2021. O reporte dos principais riscos é feito por intermédio de relatórios produzidos pelo GIRC, com periodicidade mensal ou semestral, os quais são submetidos à análise das Auditorias Interna e Externa e posteriormente direcionadas à diretoria.

e) Relatório Anual Sobre a Implementação do Plano de Ação e Resposta a Incidentes

O Relatório Anual Sobre a Implementação do Plano de Ação e Resposta a Incidentes tem por objetivo demonstrar a efetividade da implementação do plano de ação e respostas a incidentes relevantes ocorridos no exercício do ano vigente originados por deficiências ou não conformidades na infraestrutura de Segurança Cibernética e da Informação do banco, além de apresentar resumo dos resultados obtidos na implantação das rotinas, procedimentos, controles e das tecnologias utilizadas na prevenção e na resposta a incidentes.

f) Relatório Gerencial Controladoria

Diariamente, a área de controladoria elabora e envia, via grupo de WhatsApp, à diretoria, relatório gerencial em que se demonstra a posição da carteira por produtos (carteira de operações de crédito), assim como a inadimplência por faixas de risco e o percentual atual da carteira. Neste mesmo relatório se demonstra a liquidez a composição da disponibilidade,

aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, também demonstra a carteira passiva, representada pela captação de recursos via depósitos a prazo, tanto quanto a captação diária quanto os saldos acumulados.

9. INFORMAÇÕES QUALITATIVAS SOBRE O PROGRAMA DE TESTES DE ESTRESSE

A fim de entender melhor seus riscos as instituições devem criar metodologias de testes que possibilitem avaliar a viabilidade da Instituição em decorrência de impactos previsto, definir ações de gestão que previnam ou mitiguem esses impactos garantindo a viabilidade e perenidade da organização.

O programa de teste de estresse do banco inclui a definição dos riscos e parâmetros relevantes à instituição, em especial a que traz a maior sensibilidade, a fim de medir seus impactos em termos de resultado, capital e liquidez.

Dessa forma, a instituição desenvolveu o programa de testes de estresse para o ano de 2025, conforme cronograma abaixo:

Data Base	Área	Data alvo conclusão	Data real conclusão	Responsável
31/03/2025	Risco crédito, mercado e liquidez	31/05/2025	16/06/2025	GIRC
30/06/2025	Risco crédito, mercado e liquidez	31/08/2025	26/08/2025	GIRC
30/09/2025	Risco crédito, mercado e liquidez	30/11/2025	12/11/2025	GIRC
31/12/2025	Risco crédito, mercado e liquidez	28/02/2026	20/02/2026	GIRC

Para o primeiro semestre de 2025 foram aplicados testes de estresse, com o objetivo de avaliar os impactos de variações adversas em parâmetros sensíveis afetariam as posições de carteiras, exposições e saldos, para efeitos comparativos e avaliação das ações necessárias para eventuais reenquadramentos.

9.1 TESTES DE ESTRESSE - RISCO DE CRÉDITO

A instituição utiliza, para o gerenciamento do risco de crédito, ferramenta para o cálculo do Valor em risco (*VaR*), do inglês *Value at Risk*, que é uma métrica desenvolvida para avaliar o nível de risco a que cada operação financeira está sujeita.

A principal vantagem do *VaR* é que ele resume o risco de uma instituição financeira devido a variáveis do mercado financeiro em uma única medida fácil de se entender, este indicador sintetiza a maior perda esperada em um determinado período e em um intervalo de confiança.

Tais definições são importantes uma vez que para efeito de testes de estresse a instituição adota metodologia baseada no *VaR* para realização de testes padrão. O cálculo é efetuado através do módulo de risco de crédito do sistema Integral Trust, baseado na metodologia de cálculo de estresse sugerido pelo Banco Central da República Federal da Alemanha (*Deutsche BundesBank*).

Nesse cálculo a carteira toda é estressada igualmente, de acordo com o quadro a seguir. Depois de estressadas as *PD's* e *LGD's*, o *VaR* da carteira é calculado, conforme as seguintes combinações:

PD/LGD	0%	5%	10%
0%	VaR (0,0)	VaR (0,5)	VaR (0,10)
30%	VaR (30,0)	VaR (30,5)	VaR (30,10)
60%	VaR (60,0)	VaR (60,5)	VaR (60,10)

Partindo do cenário base normal, em que o *VaR* originalmente calculado é estressado de acordo com as variáveis de *PD* e *LGD* do modelo *BundesBank*, adicionalmente a instituição criou segundo cenário em que a *LGD* e a *PD*, são novamente agravadas em 10% e 20% consecutivamente, chamado de cenário estressado normal, que gera um *VaR* mais agravado que o do cenário normal. E partir destas duas modelagens é efetuada a comparação da variação destes *VaR* com o valor de exposição (*EAD Ger R\$*), tal comparação é demonstrada em formato percentual a fim de evidenciar o reflexo destes modelos.

A instituição definiu por executar os testes de estresse trimestralmente, a fim de avaliar a evolução do valor em risco em relação a posição de sua carteira.

Abaixo seguem as posições estressadas para março, de acordo com as premissas estipuladas:

Para o mês de março:

mar/25	EAD Reg (R\$)	EAD Ger (R\$)	EPR (R\$)	PEPR (R\$)	PE (R\$)	PNE (R\$)	PE + PNE	VAR	PE	Capital Econ
Todos	88.959.944	96.539.128	85.848.417	6.867.873	378.492	28.663	407.155	666.795	370.918	295.878
Default	1.546.512	4.395.196	1.510.627	120.850	0	0	0			
Não Default	87.413.432	92.143.933	84.337.790	6.747.023	378.492	28.663	407.155			
1º Cenário	VaR	PE	Capital Econ.		2º Cenário	VaR	PE	Capital Econ.		
	644.631	378.492	266.759			644.615	378.492	266.027		
Stress	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		Stress	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		
PD 0%	644.631	683.889	726.868		PD 0%	644.615	684.559	723.706		
PD 30%	784.872	837.636	885.532		PD 30%	786.961	834.651	886.975		
PD 60%	926.509	979.739	1.038.006		PD 60%	923.693	983.240	1.042.277		
Estresse	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		Estresse	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		
PD 0%	0,67%	0,71%	0,75%		PD 0%	0,67%	0,71%	0,75%		
PD 30%	0,81%	0,87%	0,92%		PD 30%	0,82%	0,86%	0,92%		
PD 60%	0,96%	1,01%	1,08%		PD 60%	0,96%	1,02%	1,08%		

A partir da aplicação dos fatores de estresse e o cálculo percentual da relação do *VaR* com a *EAD Ger R\$*, nos trimestres que serviram como referência, se observa que o *VaR* representa entre 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) e 1,08% (uma vírgula zero oito por cento) no pior cenário, o que serve como indicador de gestão de risco de crédito.

Para o mês de junho:

jun/25	EAD Reg (R\$)	EAD Ger (R\$)	EPR (R\$)	PEPR (R\$)	PE (R\$)	PNE (R\$)	PE + PNE	VAR	PE	Capital Econ
Todos	74.190.305	83.345.092	71.368.950	5.709.516	473.402	53.279	526.681	1.115.804	481.548	634.257
Default	1.527.015	5.282.044	1.450.930	116.074	0	0	0			
Não Default	72.663.290	78.063.047	69.918.020	5.593.442	773.402	53.279	526.681			
1º Cenário	VaR	PE	Capital Econ.		2º Cenário	VaR	PE	Capital Econ.		
	1.168.473	473.402	695.530,11			1.167.946	473.402	694.329,14		
Stress	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		Stress	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		
PD 0%	1.168.473	1.248.190	1.334.844		PD 0%	1.167.946	1.249.036	1.322.244		
PD 30%	1.353.221	1.448.045	1.540.997		PD 30%	1.347.590	1.444.956	1.526.585		
PD 60%	1.526.150	1.627.686	1.717.740		PD 60%	1.534.206	1.629.270	1.730.859		
Estresse	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		Estresse	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		
PD 0%	1,40%	1,50%	1,60%		PD 0%	1,40%	1,50%	1,59%		
PD 30%	1,62%	1,74%	1,85%		PD 30%	1,62%	1,73%	1,83%		
PD 60%	1,83%	1,95%	2,06%		PD 60%	1,84%	1,95%	2,08%		

A partir da aplicação dos fatores de estresse e o cálculo percentual da relação do *VaR* com a *EAD Ger R\$*, nos trimestres que serviram como referência, se observa que o *VaR* representa entre 1,4% (uma vírgula quatro por cento) e 2,08% (dois vírgula zero oito por cento) no pior cenário, o que serve como indicador de gestão de risco de crédito.

Para o mês de setembro:

set/25	EAD Reg (R\$)	EAD Ger (R\$)	EPR (R\$)	PEPR (R\$)	PE (R\$)	PNE (R\$)	PE + PNE	VAR	PE	Capital Econ
Todos	64.855.157	75.341.700	61.899.547	4.951.964	372.529	37.891	410.420	783.842	388.518	395.325
Default	1.672.505	6.767.121	1.577.503	126.200	0	0	0			
Não Default	63.182.652	68.574.579	60.322.044	4.825.764	372.529	37.891	410.420			
1º Cenário	VaR	PE	Capital Econ.		2º Cenário	VaR	PE	Capital Econ.		
	794.323	372.529	422.087,88			795.456	372.529	423.030,76		
Stress	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		Stress	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		
PD 0%	794.323	845.251	901.081		PD 0%	795.456	844.969	898.519		
PD 30%	943.466	1.001.827	1.069.410		PD 30%	943.313	1.007.272	1.068.786		
PD 60%	1.082.383	1.156.510	1.223.867		PD 60%	1.082.225	1.148.988	1.223.531		
Estresse	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		Estresse	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		
PD 0%	1,05%	1,12%	1,20%		PD 0%	1,06%	1,12%	1,19%		
PD 30%	1,25%	1,33%	1,42%		PD 30%	1,25%	1,34%	1,42%		
PD 60%	1,44%	1,54%	1,62%		PD 60%	1,44%	1,53%	1,62%		

A partir da aplicação dos fatores de estresse e o cálculo percentual da relação do *VaR* com a *EAD Ger R\$*, nos trimestres que serviram como referência, se observa que o *VaR* representa entre 1,05% (uma vírgula zero cinco por cento) e 1,62% (uma vírgula sessenta e dois por cento) no pior cenário, o que serve como indicador de gestão de risco de crédito.

Para o mês de dezembro:

dez/25	EAD Reg (R\$)	EAD Ger (R\$)	EPR (R\$)	PEPR (R\$)	PE (R\$)	PNE (R\$)	PE + PNE	VAR	PE	Capital Econ
Todos	66.114.742	76.407.727	60.597.693	4.847.815	597.013	48.512	645.524	1.123.217	598.365	524.852
Default	1.377.694	5.227.463	1.263.506	101.080	0	0	0			
Não Default	64.737.048	71.180.264	59.334.188	4.746.735	597.013	48.512	645.524			
1º Cenário	VaR	PE	Capital Econ.		2º Cenário	VaR	PE	Capital Econ.		
	1.204.320	597.013	608.206,79			1.212.885	597.013	614.671,72		
Stress	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		Stress	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		
PD 0%	1.204.320	1.289.401	1.359.740		PD 0%	1.212.885	1.288.853	1.373.956		
PD 30%	1.424.423	1.518.497	1.609.443		PD 30%	1.433.670	1.516.600	1.617.470		
PD 60%	1.634.599	1.741.900	1.835.930		PD 60%	1.626.678	1.737.477	1.846.085		
Estresse	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		Estresse	LGD + 0%	LGD + 5%	LGD + 10%		
PD 0%	1,58%	1,69%	1,78%		PD 0%	1,88%	1,98%	2,12%		
PD 30%	1,86%	1,99%	2,11%		PD 30%	2,13%	2,27%	2,42%		
PD 60%	2,14%	2,28%	2,40%		PD 60%	2,13%	2,27%	2,42%		

A partir da aplicação dos fatores de estresse e o cálculo percentual da relação do *VaR* com a *EAD Ger R\$*, nos trimestres que serviram como referência, se observa que o *VaR* representa entre 1,58% (uma vírgula cinquenta e oito por cento) e 2,42% (dois vírgula quarenta e dois por cento) no pior cenário, o que serve como indicador de gestão de risco de crédito.

9.2 TESTES DE ESTRESSE - RISCO DE MERCADO

Além das operações de captações mediante emissão de depósitos a prazo (CDBs), o banco considera os seguintes ativos financeiros para monitoramento do risco de mercado: operações de crédito indexadas em taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, carteira de títulos e valores mobiliários composta por cotas de Fundos de Investimento em Direito Creditório (FIDCs), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Debêntures, Depósito Interfinanceiro (DI) com liquidez imediata e Títulos Públicos Federais. Todos os ativos financeiros da instituição são mantidos na carteira bancária.

Para efeito de monitoramento de risco de mercado a instituição acompanha o impacto que a variação do choque de 400 pontos base para cima ou para baixo nas operações pré-fixadas, geraria na posição de cada período, considerando percentual aceitável a variação de até 3,5% (três vírgula cinco por cento) na relação entre o valor de ajuste e o valor da exposição real.

AVALIAÇÃO TESTE DE ESTRESSE - RISCO DE MERCADO TAXA PRÉ-FIXADA

Base	Exposição Real	Exp. Cenário +4%	Ajuste	% Aj x Exp Real	Exp. Cenário -4%	Ajuste	% Aj x Exp Real
mar/25	22.660.403	22.242.347	(418.056)	-1,84%	22.930.035	269.632	1,19%
jun/25	25.532.281	25.121.287	(410.994)	-1,61%	25.803.778	271.497	1,06%
set/25	27.019.063	26.609.724	(409.339)	-1,52%	27.473.952	454.889	1,68%
dez/25	26.933.202	26.666.646	(266.556)	-0,99%	27.111.503	178.301	0,66%

Com base na observação na data de 31/12/2025, evidenciamos que a variação através dos impactos gerados pelo choque de 400 pontos base, o percentual de ajuste varia de - 0,99% (menos zero vírgula noventa e nove por cento) a 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento), dentro da margem aceitável de eventual ajuste.

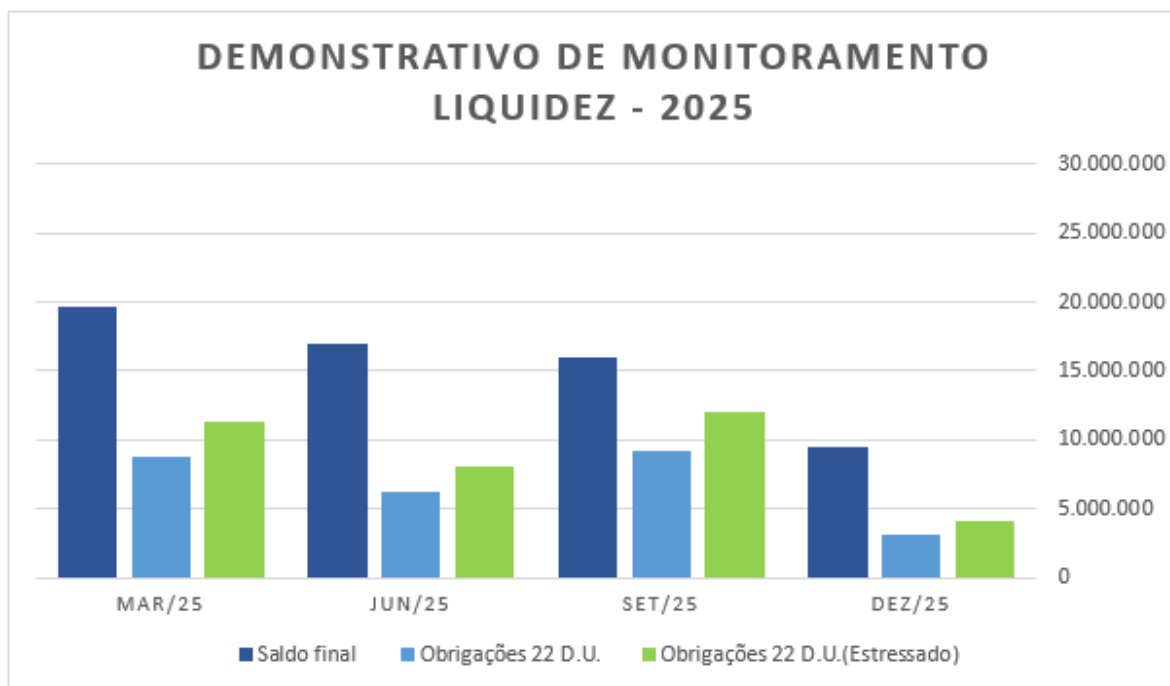
9.3 TESTES DE ESTRESSE - RISCO DE LIQUIDEZ

O teste de estresse realizado para avaliação e monitoramento do risco de liquidez é efetuado a partir da elaboração do fluxo de caixa estressado, para o qual é utilizada a base de dados do cenário normal projetado, aplicando premissas que afetem as movimentações de saídas previstas, desconsiderando qualquer entrada no horizonte de 22 dias úteis (ou de 30 dias corridos).

A fim de determinar a suficiência de recursos serão testadas as seguintes condições:

- Inadimplência - simula-se inadimplência de 100% (cem por cento) sobre o valor previsto a receber.
- Captação - será testada redução de 100% (cem por cento) na meta estimada a captar;
- Vencimento/Resgates de Captação - considera-se que haverá 35% (trinta e cinco por cento) a mais de resgates, neste caso antecipados, do montante previsto de resgate de CDB's; e
- Pagamento de despesas administrativas 20% (vinte por cento) maiores que o programado.

Com estas premissas foi elaborado cenário estressado com um horizonte de 22 dias úteis (ou de 30 dias corridos), com o objetivo de comparar o saldo de caixa no último dia de cada mês, com as obrigações do mesmo período tanto no cenário normal quanto no cenário estressado e avaliar se tal saldo de caixa é suficiente para a cobertura dos desembolsos em ambos os cenários.



A tabela acima representa o cenário obtido para os últimos dias úteis de março (2025), junho (2025), setembro (2025) e dezembro (2025). A partir dos valores apurados evidenciamos que o saldo de recursos disponíveis em cada data base é suficiente para honrar as obrigações reais para os próximos 30 dias, assim como seria suficiente também para honrar as mesmas obrigações em um cenário estressados de acordo com as premissas anteriormente determinadas.

10. ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS E SUA EFETIVIDADE

10.1. ESCOPO

A avaliação dos sistemas de controles internos aborda aspectos qualitativos do ambiente e da cultura de controles da instituição, englobando (i) a avaliação sobre a adequação e a efetividade dos sistemas de controles internos, (ii) as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento, quando necessário e (iii) a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

10.2. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

A identificação de riscos é elaborada a partir do mapeamento de processos, o qual consiste na descrição dos passos e etapas sequenciais de um determinado processo, utilizando-se fluxogramas ou narrativas. Considerando esses mapeamentos e definições claras dos objetivos de cada processo, a área busca identificar os principais riscos envolvidos nos mesmos. Cada departamento

é responsável, com o apoio da área de GIRC, por mapear seus processos, além de identificar e documentar os riscos envolvidos nesses processos.

Foi identificado que a Instituição possui 197 (cento e noventa e sete) riscos cadastrados.

10.3. AVALIAÇÃO DE RISCOS

A avaliação de riscos estabelece a base para determinar a maneira como os riscos serão gerenciados. Para tanto, é necessário realizar o mapeamento de riscos e identificar como esses riscos podem afetar os objetivos da instituição considerando a sua probabilidade de ocorrência e impactos nos processos dela.

Probabilidade: Possibilidade de um evento de risco ocorrer, considerando o contexto e a frequência de execução da atividade na qual está inserido, num determinado espaço de tempo (hora, dia, semana, mês, ano).

Baixa: O risco dificilmente se manifestará - ano

Média: O risco poderá se manifestar em algum momento - semestre, trimestre ou mês

Alta: O risco poderá se manifestar com frequência - dia, semana ou quinzena

Impacto: Extensão do desgaste da reputação de instituição, da redução de seus negócios, retabilidade e liquidez, do seu valor patrimonial ou de mercado, provocado por um determinado evento nem sempre passível de mensuração financeira. Análise por julgamento, mas sempre que possível levar em consideração histórico de ocorrências internas, valor máximo de multa do regulador, benchmarking, etc.

Critérios para a avaliação do impacto:

Descrição dos critérios de impacto				
Impacto	Impacto Financeiro	Produtos e Serviços	Reputacional	Regulatório
Alto	Superior a 0,60% do PR da instituição na data base de 31/12 de cada ano	*Número significativo de clientes impactados e/ou indo para a concorrência *Interrupção de serviço frequente ou por período prolongado	* Críticas e danos reputacionais se estendem nacionalmente *Ações jurídicas tomadas *Possível ação de classe	* Ação regulatória movida contra o banco e/ou comentários adversos *Fechamento regulatório de área de negócio * Sanções significativas
Médio	Entre 0,10% e 0,59% do PR da instituição na data base de 31/12 de cada ano	*Número moderado de clientes impactados * Interrupção isolada ou de pouca duração	*Críticas e danos reputacionais locais * Ações jurídicas isoladas	*Comentários adversos do regulador restritos ao banco
Baixo	Inferior a 0,09% do PR da instituição na data base de 31/12 de cada ano	*Poucos clientes impactados * interrupção mínima de serviços	*Críticas e danos reputacionais locais * Nenhuma ação jurídica tomada	*Nenhum *Comentários adversos do regulador restritos ao banco

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR): O PR é um conceito que considera o capital mínimo necessário para que as instituições financeiras mantenham um nível adequado de capital. Ele leva em conta os ativos ponderados pelos riscos de cada atividade da instituição.

O grau de exposição aos riscos é representado por **Baixo, Médio e Alto**, e devem ser obtidos, na matriz de riscos, pelo encontro das variáveis denominadas de Probabilidade e Impacto.

		Impacto		
		Baixo	Médio	Alto
Probabilidade	Alto			Risco alto
	Médio		Risco médio	
	Baixo	Risco baixo		

Os riscos são segregados em risco inerente, que é o nível de risco antes de quaisquer ações de mitigação (atividades de controle) e risco residual, que representa o nível de risco considerando as ações de mitigação (atividades de controle).

a) Risco inerente

É o risco que uma organização terá que enfrentar na falta de medidas que a Administração possa adotar para alterar a probabilidade ou o impacto dos eventos.

O propósito da etapa de identificação do risco inerente é mapear quais eventos de risco podem impedir que os objetivos de cada processo sejam atingidos. As seguintes ferramentas de coleta de dados e informações poderão ser utilizadas para a identificação destes riscos, entre outras:

- **Brainstorming:** obtenção de uma lista dos riscos a partir de uma reunião com representantes das diversas competências da instituição e apoio de um facilitador da área de Gerenciamento Integrado de Risco e de Capital (GIRC).
- **Entrevistas:** entrevista com os responsáveis pelo processo e partes interessadas.
- **Outros:** verificação de listas de riscos previamente identificadas pela instituição sobre processos similares, resultado de indicadores, relatos de não conformidades.

Para determinar o grau de exposição do Banco aos riscos inerentes identificados, é preciso analisar a probabilidade de sua ocorrência e o impacto potencial para o negócio, sem considerar os controles existentes.

b) Risco residual

É o risco que ainda permanece após a resposta da administração ao risco. A avaliação de riscos é aplicada primeiramente aos riscos inerentes. Após o desenvolvimento das respostas aos riscos, a administração passará a considerar os riscos residuais.

Para determinar o grau de exposição do Banco aos riscos residuais, é preciso analisar a probabilidade de sua ocorrência e o impacto potencial para o negócio, após considerar os controles existentes.

10.4. REVISÃO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A área de GIRC realizou no segundo semestre de 2024, a revisão das matrizes de riscos, processos e fluxogramas em conjunto com as áreas de Captação, Cobrança, Compliance, Contabilidade, Crédito PJ, Investimentos, Jurídico, Ouvidoria, PLD, RH e Adm Pessoal, Tesouraria, TI e Varejo. Durante o processo de revisão foi discutido com os gestores os riscos inerentes, riscos residuais e seus controles.

10.5. MITIGAÇÃO DE RISCOS NÃO TOLERADOS E NÃO CONTROLADOS

Após a identificação e classificação do risco, faz-se necessário que a instituição avalie a resposta a ser adotada para cada risco. Esta resposta deverá estar alinhada com a estratégia da instituição para o atingimento dos objetivos estabelecidos, bem como, com o apetite de riscos e poderá ser:

- **Evitar:** Descontinuar as atividades que geram risco.
- **Transmitir:** Compartilhar ou transferir risco parcial à terceiros.
- **Aceitar:** Risco é tolerado sem que nenhuma ação seja tomada.
- **Mitigar:** Implementar atividades de controle que minimizam o impacto do risco.

O propósito desta etapa é identificar a atividade de controle (ou controle interno) que tem o papel de reduzir/mitigar os riscos inerentes identificados, portanto, é importante avaliar o alinhamento do controle interno ao risco em questão. As seguintes ferramentas de coleta de dados e informações poderão ser utilizadas para a identificação da atividade de controle, entre outras:

- **Entrevistas:** entrevista com os responsáveis pelo processo e partes interessadas.
- **Outros:** verificação de listas previamente identificadas pela instituição sobre processos similares e indicadores.

Atividades de controle (ou controles) são atividades que, quando executadas a tempo e de maneira adequada, permitem a redução dos riscos aos quais a instituição está exposta. Os controles executados podem ser de duas naturezas, preventivo ou detectivo.

A frequência da execução dos controles pode ser classificada em: recorrente (várias vezes ao dia), diário, semanal, mensal, trimestral, semestral, anual e por evento (não há frequência de execução precisa).

10.6. CLASSIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DO CONTROLE

A classificação da efetividade do controle está associada à descrição do conjunto de atributos contidos no controle e ao seu potencial de redução do Risco Inerente.

A instituição adota os seguintes tipos de classificação da efetividade dos controles:

- **ÓTIMO**

São considerados como “ÓTIMO”, os controles internos sistêmicos, operados automaticamente pelo sistema e identificados pela autonomia das aplicações, ocorrendo sem a intervenção de pessoas e evidenciado por registros e logs eletrônicos. Mitiga o risco em todos os aspectos relevantes.

- **BOM**

São classificados como “BOM”, os controles internos parcialmente sistêmicos. São identificados pelo uso de aplicações sistêmicas, mas que necessitam de intervenção de pessoas para a realização, bem como, as pessoas não seriam capazes de realizá-los sem a utilização de sistemas. Ambas as perspectivas têm a geração de evidências físicas ou eletrônicas. Mitiga o risco razoavelmente.

- **REGULAR, FRACO OU INEXISTENTE**

São classificados como “REGULAR” ou “FRACO”, em geral, os controles que operam por manuseio das pessoas inseridas nos processos, ou seja, são identificados por total intervenção e realização humana e, geração de evidências físicas. Considera-se também, como controle regular ou fraco, qualquer controle efetuado via planilhas. Para diferenciar os controles que são regulares ou fracos, a área de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital deverá efetuar o julgamento, com o intuito de classificar de forma coerente com o processo, risco e controle. Este tipo de controle pode falhar por não contemplar todos os aspectos relevantes do risco ou porque seu desenho ou as ferramentas que o suportam não são adequados ou ainda porque os controles não são executados ou são executados incorretamente pelos colaboradores envolvidos.

Deficiências nos controles internos indicam que, na estrutura desse sistema, existem falhas no desenho, na implementação e ainda, cumulativamente ou não, na eficácia operacional de uma atividade de controle. As deficiências dos controles devem ser registradas em documento específico e devem possuir um plano de ação para correção ou implementação do controle, quando não existente.

Classificação do Controle	Risco Inerente	Eficácia do Controle
Fraco	Alto	Abaixo do exigido
Regular	Alto	Abaixo do exigido
Bom	Alto	Equilibrado
Ótimo	Alto	Equilibrado
Fraco	Médio	Abaixo do exigido
Regular	Médio	Abaixo do exigido
Bom	Médio	Equilibrado
Ótimo	Médio	Acima do exigido
Fraco	Baixo	Abaixo do exigido
Regular	Baixo	Abaixo do exigido
Bom	Baixo	Equilibrado
Ótimo	Baixo	Acima do exigido

RISCO INERENTE	Alto	Controle abaixo do exigido		Controle equilibrado		Controle acima do exigido	
	Médio	Controle abaixo do exigido		Controle equilibrado		Controle acima do exigido	
	Baixo	Controle abaixo do exigido		Controle equilibrado		Controle acima do exigido	
		Fraco	Regular	Bom	Ótimo		
CLASSIFICAÇÃO DOS CONTROLES							

10.7. AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

Os testes de controles internos devem ser realizados com base no plano anual de testes definido pela instituição e tem o objetivo de avaliar a efetividade das atividades de controles levantadas e registradas na matriz de risco. Os controles em escopo para os testes são definidos com base na classificação do risco residual conforme definido na Política de Controles Internos, sendo que:

- **Risco residual Alto** - Deverão ser testados anualmente;
- **Risco Residual Médio** - Deverão ser testados a cada 2 anos;

- **Risco Residual Baixo** - Poderão ser testados a cada 3 anos ou estabelecido monitoramento com indicadores periódicos, que garantam o funcionamento dos controles dentro do esperado.

Além disso, a área de GIRC deve levar em consideração os seguintes fatos para elaboração do plano anual de testes e definição de quais processos estarão em escopo:

- Resultado dos testes de controles do ano anterior, ou para processos a serem testados pela primeira vez, deve ser considerado a avaliação inicial do controle.
- Apontamentos da auditoria interna, auditoria externa, reguladores e eventos de perda operacional; e
- Recomendações da Diretoria, Compliance, área de Gerenciamento Integrado de Risco e Reguladores.

Para as avaliações dos controles internos realizadas em 2025 foi considerado o Plano Anual de Trabalhos de 2025, na qual os resultados relativos aos riscos avaliados, efetividade dos controles abaixo:

Prioridade	Área	Mês
1	Jurídico	fev/25
2	Adm da Sala/Compras	abr/25
3	Contabilidade	mai/25
4	Revisão de acessos	jul/25
5	Revisão de alçadas	jul/25
6	Compliance	ago/25
7	Captação	nov/25
8	Revisão de Acessos	jan/26

Com base nos testes aplicados sobre as atividades de controles, a área de Controles Internos apresentou a cada gestor o relatório final com os apontamentos e recomendações. Mediante o relatório recebido, cada gestor teve a oportunidade de avaliar, aceitar ou justificar os apontamentos. A partir de cada apontamento e/ou recomendação, foram preparados planos de ação e cronograma para adequação, como manifestação, dos gestores das áreas. Com isso, a área de Controles Internos incluiu no controle de apontamentos cada tema para acompanhamento e realizou mensalmente follow-up com as áreas.

10.8. PLANOS DE RETOMADA E CONTINGÊNCIA DE NEGÓCIOS

A instituição possui e mantém atualizado Plano de Continuidade de Negócios que contém os procedimentos específicos para assegurar a continuidade das operações da instituição e que abrange aspectos relativos aos vários riscos a que a instituição está sujeita, bem como orienta e estabelece as diretrizes para o monitoramento, gestão e resposta a eventos que possam afetar a integridade, confidencialidade, disponibilidade e autenticidade dos dados e informações, armazenadas pelo banco, devendo ser interpretado em conjunto com as demais normas de

segurança da informação e proteção de dados pessoais da instituição, tais como, mas não se limitando, a Política de Segurança Cibernética e da Informação, e Política de Privacidade e Proteção de Dados.

A infraestrutura de contingência dos servidores de produção da instituição, instalado na cidade de Brusque/SC nas dependências da empresa RNX Serviços Financeiros Ltda, serve atualmente como alternativa a manutenção da continuidade de negócios da instituição.

Os testes definidos no Plano de Continuidade de Negócios são reportados através do Relatório Anual de Testes e Revisão do Plano de Continuidade de Negócios elaborado pela área de Tecnologia da Informação.

11. GERENCIAMENTO DE RISCO DE CAPITAL

De acordo com a Resolução CMN 4.557/2017, o gerenciamento de capital é tido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Neste relatório, serão apresentados os principais indicadores utilizados para monitoramento e controle do capital mantido pela instituição.

11.1. ATIVO PONDERADO PELO RISCO (RWA)

O RWA (em português, Ativos Ponderados pelo Risco) consiste em metodologia utilizada pelas instituições financeiras para calcular, de forma ponderada, a exposição de risco de seus ativos. O RWA determina o Índice de Adequação de Capital e o capital necessário a essa organização.

Ativos Ponderado pelo Risco (RWA) - Detalhamento - R\$ mil	31/07/2025	31/08/2025	30/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	31/12/2025
Ativos Ponderado pelo Risco (RWA)	104.845	99.079	94.882	94.299	94.299	92.746
Ativos Ponderado pelo Risco de Crédito-RWAcpad	77.944	76.181	71.984	71.401	71.401	70.623
Ativos Ponderado pelo Risco de Mercado-RWampad *	-	-	-	-	-	-
Ativos Ponderado pelo Risco Operacional-RWAopad	26.901	22.898	22.898	22.898	22.898	22.123

* Risco de Mercado-RWampad- Não calculado uma vez que a IF não possui ativos classificados na Carteira de Negociação. os ativos estão enquadrados na Carteira Bancária (IRRB). Circular 3.634/2013 Art. 1º, § 1º e Res. CMN/4.557/2017

Índices de Capital Principal como Proporção do RWA	31/07/2025	31/08/2025	30/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	31/12/2025
- Índice de Capital Principal	20,84%	21,91%	22,99%	23,08%	23,08%	22,28%
(Mínimo Regulatório - Res. CMN 4.958/2021**)	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%
(Mínimo de acordo com a RAS)	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%
- Índice de Nível I	20,84%	21,91%	22,99%	23,08%	23,08%	22,28%
(Mínimo Regulatório - Res. CMN 4.958/2021**)	8,50%	8,50%	8,50%	8,50%	8,50%	8,50%
(Mínimo de acordo com a RAS)	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%
- PR + ACP	23,34%	24,41%	25,49%	25,58%	25,58%	24,78%
(Mínimo Regulatório - Res. CMN 4.958/2021**)	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%

** Considera o Adicional de Capital Principal

Adicional do Capital Principal (ACP) como proporção do RWA	31/07/2025	31/08/2025	30/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	31/12/2025
ACP Total	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
- ACP conservação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
- ACP contracíclico (1)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
- ACP sistêmico (2)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

(1) Comunicados – "Comef mantém adicional contracíclico de capital principal relativo ao Brasil em 0% (zero por cento);

(2) De acordo com a Res. 4.958/2021 art. 8º, § 2º Sujeitam-se ao cumprimento da parcela ACP sistêmico as instituições enquadradas no Segmento 1 (S1), nos termos da Resolução CMN 4.553/2017.

O Índice de Adequação de Capital da instituição apresenta posição de 22,28% em dezembro/2025, acima do mínimo regulatório determinado pelo BCB tanto para o Capital Principal acrescido do ACP (7,00%), quanto para o índice nível I acrescido do ACP (8,50%).

Adequação de Capital Principal + ACP - em R\$ mil	31/07/2025	31/08/2025	30/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	31/12/2025
Capital Principal mais ACP - mínimo	7.339	6.936	6.642	6.601	6.601	6.492
Capital Principal mais ACP - posição	21.847	21.708	21.810	21.765	21.765	20.663
Excesso/(Insuficiência)	14.508	14.772	15.168	15.164	15.164	14.171
% Margem Excedente de Capital Principal + ACP	197,68%	212,98%	228,36%	229,72%	229,72%	218,28%

Em perspectivas de valores a adequação fica bem mais evidente, uma vez que a posição supera em 218,28% o capital principal mínimo acrescido do ACP mínimo exigido.

11.2. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

O PR é um conceito fundamental no mundo financeiro que representa a capacidade das instituições financeiras de absorver perdas inesperadas sem prejudicar sua solvência. Para fins da verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, PR consiste no somatório do Nível I (PR N1) e do Nível II (PR N2). Enquanto o PR N1 consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar, o PR N2 é apurado mediante soma e dedução de montantes correspondentes, descritos no art. 7º da Resolução 4.955/2021, ressaltando que a instituição não apresenta registros de instrumentos elegíveis para compor o PR N2.

Composição de Capital Regulamentar - R\$ mil	31/07/2025	31/08/2025	30/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	21.847	21.708	21.810	21.765	21.765	20.663
PR Nível I	21.847	21.708	21.810	21.765	21.765	20.663
-Capital Principal	21.847	21.708	21.810	21.765	21.765	20.663
-Capital Complementar	-	-	-	-	-	-
PR Nível II	-	-	-	-	-	-

11.3. ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (ICP) E CAPITAL COMPLEMENTAR

A determinação do capital ótimo de uma instituição tem sido objeto de vários estudos e hoje em dia ainda resta com uma questão sobre a qual, estudiosos, banqueiros e reguladores têm diferentes pontos de vista. Inclusive no conceito de capital regulatório (determinado a partir de critérios dos reguladores, no nosso caso, o BCB), capital contábil (baseado nas normas internacionais de contabilidade - IFRS) e capital econômico, que é representado pelo montante necessário para cobrir “razoavelmente” os riscos enfrentados por um banco.

Neste relatório serão demonstrados de forma comparativa a posição e a exigência do Índice de Capital Principal e Índice de Nível 1, em linha com o estabelecido pela Resolução CMN nº 4.958/2021, o requerimento mínimo para o capital principal, correspondente a 4,5% do RWA. Além

desse requerimento, foi instituído, pela referida Resolução, o ACP, que corresponde à soma das seguintes parcelas: ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico, da seguinte forma:

- O valor da parcela ACPConservação resulta da aplicação do percentual de 2,5% sobre o montante RWA;
- O valor da parcela ACPContracíclico, o BCB vem publicando comunicados em que a referida parcela adicional é mantida em 0% (zero por cento); e
- O valor da parcela ACPSistêmico, de acordo com a Res. 4.958/2021 art. 8º, § 2º sujeitam-se ao cumprimento desta parcela apenas as instituições enquadradas no Segmento 1 (S1), nos termos da Resolução CMN 4.553/2017.

Logo, considerando a parcela ACPConservação de 2,5% sobre o montante RWA, segue tabela com os percentuais mínimos exigidos em relação ao RWA:

Data	% Base	ACP Cons	ACP Cont	ACP Sist	% Exigido
Capital Principal	4,500%	2,500%	0,000%	0,000%	7,000%
Nível I	6,000%	2,500%	0,000%	0,000%	8,500%
PR + ACP	8,000%	2,500%	0,000%	0,000%	10,500%

Demonstramos posição mensal, para o segundo semestre de 2025, em que se verifica o enquadramento aos indicadores de monitoramento prudencial:

Índices de Capital Principal como Proporção do RWA	31/07/2025	31/08/2025	30/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	31/12/2025
- Índice de Capital Principal	20,84%	21,91%	22,99%	23,08%	23,08%	22,28%
(Mínimo Regulatório - Res. CMN 4.958/2021**)	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%
(Mínimo de acordo com a RAS)	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%
- Índice de Nível I	20,84%	21,91%	22,99%	23,08%	23,08%	22,28%
(Mínimo Regulatório - Res. CMN 4.958/2021**)	8,50%	8,50%	8,50%	8,50%	8,50%	8,50%
(Mínimo de acordo com a RAS)	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%
- PR + ACP	23,34%	24,41%	25,49%	25,58%	25,58%	24,78%
(Mínimo Regulatório - Res. CMN 4.958/2021**)	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%

** Considera o Adicional de Capital Principal

Na tabela, abaixo se evidencia a adequação do Capital Principal mais ACP, demonstrando a margem mensal para o segundo semestre de 2025:

Adequação de Capital Principal + ACP - em R\$	31/07/2025	31/08/2025	30/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	31/12/2025
Capital Principal mais ACP - mínimo	7.339.137,92	6.935.525,12	6.641.764,62	6.600.966,24	6.600.966,24	6.492.215,46
Capital Principal mais ACP - posição	21.847.300,22	21.708.322,86	21.810.440,18	21.764.900,90	21.764.900,90	20.663.236,69
Excesso/(Insuficiência)	14.508.162,30	14.772.797,74	15.168.675,56	15.163.934,66	15.163.934,66	14.171.021,23
% Margem Excedente de Capital Principal + ACP	197,68%	213,00%	228,38%	229,72%	229,72%	218,28%

11.4. ÍNDICE DE BASILÉIA (IB)

Basicamente, o IB estabelece uma relação entre o capital da instituição e o volume de recursos emprestados, determinados, respectivamente, pelo PR e o RWA da instituição. É um indicador internacional que mensura a saúde financeira dos bancos por meio da relação entre capital próprio e de terceiros. Dessa maneira, ele pode ajudar a avaliar a possibilidade de solvência da instituição. O cálculo do índice é efetuado através da fórmula abaixo:

$$\text{Índice de Basileia (IB)} = \frac{\text{Patrimônio de Referência (PR)}}{\text{Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)}}$$

Apesar da fórmula apresentada pela Resolução BCB 54/2020, o Banco monitora o IB considerando a adição da exposição ao IRRBB para determinação do indicador:

Índice de Basileia (Adequação do PR) - R\$ mil	31/07/2025	31/08/2025	30/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	31/12/2025
- Índice de Basileia - PR/RWA (com IRRBB exposição)	20,73%	21,49%	22,76%	22,32%	22,32%	21,41%
(Mínimo Regulatório**)	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%
(Mínimo de acordo com a RAS)	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%

** Considera o Adicional de Capital Principal

A instituição apresenta IB em dezembro de 2025 de 21,41%. Indicador acima do mínimo exigido pela regulamentação atual do BCB que é de 10,5%, e superior ao mínimo atribuído pela RAS que é de 12,50%.

11.5. RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)

Por meio da Resolução CMN 4.615/2017, o regulador definiu o requerimento mínimo da Razão de Alavancagem (RA), aplicável às instituições financeiras de maior porte e complexidade, enquadradas no segmento 1 (S1) e no segmento 2 (S2). Como a instituição está classificada no segmento 4 (S4), não há obrigatoriedade de divulgação externa deste indicador, no entanto, para efeito de gestão de riscos é extremamente importante. Uma vez que a alavancagem financeira é o uso de ativos ou recursos com encargos financeiros fixos de modo a aumentar o efeito de variações do lucro antes de juros e imposto de renda sobre o lucro por ação. Ou seja, é um recurso que visa aumentar o retorno dos acionistas da instituição.

O controle e acompanhamento da RA faz parte das recomendações internacionais estabelecidas em Basileia III e é calculada como a proporção entre o capital regulamentar de Nível I e o montante total de exposições. A metodologia de cálculo das exposições da RA não se restringe aos ativos contabilmente registrados e possui metodologias próprias para derivativos e para operações compromissadas e de empréstimos de títulos e valores mobiliários.

Razão de Alavancagem - R\$ mil	31/07/2025	31/08/2025	30/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	31/12/2025
PR Nível I	21.847	21.708	21.810	21.765	21.765	20.663
Exposição Total	97.285	91.590	89.463	82.382	82.382	81.260
Razão de Alavancagem	22,46%	23,70%	24,38%	26,42%	26,42%	25,43%
(Mínimo Regulatório)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
(Mínimo de acordo com a RAS)	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%

O banco apresenta controle efetivo quanto a RA, que se encontra acima do mínimo exigido pela regulamentação em vigor, também superior ao mínimo determinado pela RAS que é de 10,00%.

12. CONCLUSÃO

A partir da análise dos indicadores prudenciais, observamos que a instituição os mantém dentro de níveis aceitáveis, observando os mínimos regulatórios, assim como os limites gerenciais estipulados no documento Declaração de Appetite a Riscos (RAS).